


ENC: Moção de Repúdio à PEC 186 e Moção de Apelo pela recomposição do orçamento do SUS em 2021

Marcelo de Almeida Frota

qui 25/02/2021 16:48

Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>;

Prioridade: Alta

 2 anexos

Moção de apelo pela recomposição do Orçamento do SUS do ano de 2021 ao patamar executado em 2020 ao Congresso Nacional_24022021.pdf; Moção de Repúdio à PEC que acaba com a garantia de financiamento mínimo da Saúde e Educação no Brasil_24022021.pdf;

De: Sen. Rodrigo Pacheco

Enviada em: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 10:58

Para: Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>

Assunto: ENC: Moção de Repúdio à PEC 186 e Moção de Apelo pela recomposição do orçamento do SUS em 2021

Prioridade: Alta

De: Nayara Oliveira [<mailto:nayara.oliveira@campinas.sp.gov.br>]

Enviada em: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 08:15

Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>

Cc: Roberto Farias <rmardem@gmail.com>

Assunto: Moção de Repúdio à PEC 186 e Moção de Apelo pela recomposição do orçamento do SUS em 2021

Prioridade: Alta

Bom dia!

Encaminhamos em anexo 2 moções aprovadas ontem no pleno de nosso Conselho para que o Exmo. Sr. possa levar em conta diante de tantas dificuldades que nossa população tem experimentado e que, se não cumpridas, será definitivamente inviabilizado o SUS e viabilizada a cassação de direitos humanos fundamentais como o da Saúde e a Vida, tal como está definido na constituição do país. Esperando que nosso pleito seja recebido com a devida atenção, despeço-me atentiosamente,
Nayara Oliveira
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campinas



Moção de Apelo pela recomposição do orçamento do Sistema Único de Saúde do ano de 2021 ao patamar executado em 2020, por parte do Congresso Nacional.

Considerando que o Governo Federal enviou proposta de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021 com expressiva redução do valor atribuído ao Sistema Único de Saúde, contudo com o crescimento da Pandemia e o aumento significativo dos procedimentos repesados no ano de 2020, a redução dos recursos do SUS ensejará uma nova crise sanitária em nosso país.

Considerando ser de fundamental importância que o Congresso Nacional, reestabeleça o orçamento do Sistema Único de Saúde de modo a garantir a defesa da vida e da sociedade brasileira.

Requeremos nos termos regimentais a aprovação da presente “Moção de Apelo” ao Congresso Nacional, pela imediata recomposição do orçamento para o Sistema Único de Saúde no âmbito da Lei Orçamentária Anual de 2021 ao mesmo patamar dos recursos que foram executados pelo SUS no ano de 2020.

APELAMOS para que o Congresso Nacional, reestabeleça na Lei Orçamentária Anual de 2021 o orçamento do Sistema Único de Saúde para valores iguais aos que foram gastos no ano de 2020 com a aprovação do Piso Emergencial da Saúde para o orçamento do Ministério da Saúde, para impedir a retirada de R\$ 168,7 bilhões de reais do orçamento do SUS.

Que do deliberado seja dada ciência, por ofício, ao Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, endereçados no Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Brasília/DF, CEP 70.160-900.

Campinas, 24 de fevereiro de 2021.

Conselho Municipal de Saúde

Moção de Repúdio à PEC Emergencial que acaba com a garantia de financiamento mínimo da Saúde e da Educação no Brasil

Não é de hoje que governos neoliberais, à busca de impor um estado mínimo para a população trabalhadora e máximo na garantia do rentismo financeiro e maximização dos lucros de banqueiros e empresários, tentando destruir as políticas públicas universais inscritas na Constituição.

Uma das imposições, sobretudo às políticas de saúde, foi o seu crônico subfinanciamento e mesmo o desfinanciamento perpetrado pelo governo federal que, ano a ano, reduz a sua fatia no bolo dos investimentos com a saúde, sobrecarregando cada vez mais os municípios.

Não satisfeitos, os últimos governos, após o golpe de 2016, tentam acabar com as vinculações constitucionais para a Saúde e Educação.

Atualmente, a Constituição obriga a união e municípios a gastarem pelo menos 15% do que arrecadam em Saúde, enquanto para os estados o percentual é 12%. Em relação à educação os gastos mínimos são de 25% dos valores recolhidos com impostos para estados e municípios é de 18% para a união.

Tramita no congresso a Proposta de Emenda Constitucional 188/2019, conhecida como a PEC do Pacto Federativo, que tem por objetivo “desobrigar, desindexar e desvincular” o orçamento federal. Em síntese, propõe a fusão dos gastos obrigatórios nas duas áreas de forma que os gestores compensem o gasto de uma área com a outra. Permitiria assim que os governantes escolham qual percentual será destinado para cada área, desde que o total seja atingido. Com a medida, governadores e prefeitos teriam um piso somado para as duas áreas: 37% no caso de estados e 40% no de municípios.

Mas, não satisfeitos, o governo brasileiro ultraliberal liderado pelo Ministério da Economia, pretende votar no dia 25 de fevereiro um substituto à essa PEC, que foi denominada PEC Emergencial.

Originalmente pretendia garantir um auxílio emergencial em situações de calamidade, como é o caso da pandemia, para as populações miseráveis e desempregados. Entretanto, aproveitando a oportunidade, foi incluída uma proposta de emenda a esta PEC que aprofunda ainda mais a desvinculação de recursos para a Saúde e Educação, com a revogação total dos pisos mínimos para essas duas políticas. Levando ainda mais ao extremo a radicalidade de desmonte das políticas universais, suprimindo até mesmo a previsão da Emenda Constitucional 95 de atualização dos mínimos federais pela inflação. E para completar o quadro destrutivo, traz uma previsão de gatilhos para conter os gastos de estados e municípios quando as despesas correntes atingirem 95% das despesas (um teto dentro do teto que vige hoje, não por acaso chamado teto da morte).

A inclusão dessa emenda na PEC emergencial não foi um delírio de um deputado qualquer. A inclusão, de última hora, está orquestrada junto com o governo federal para a desvinculação total na PEC Emergencial e não pode ser completamente compreendida sem ter-se em conta a intenção deste governo de acelerar também a tramitação da reforma administrativa (PEC 32/2020). Em uma ponta, na PEC Emergencial, desvincula os gastos obrigatórios; na outra ponta, na reforma administrativa, inclui na Constituição o **princípio da subsidiariedade**.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS TRIÊNIO 2020-2023



Com esse princípio, o Estado perde a prioridade na prestação de serviços à população, casos da saúde e da educação, devendo fazê-lo apenas se não houver interesse da iniciativa privada. Assim, desvincula gastos que já não pretende fazer, de forma que uma alteração na Constituição torna a outra efetiva, e vice-versa.

Precisamos de mais e melhores serviços públicos. Não serão reduzindo os investimentos que os teremos. Pelo contrário, aprofundará ainda mais as dificuldades para quem acessa saúde e educação públicas. O governo quer degradar ainda mais o quadro para entregar os setores ao setor privado, onde serão mero objeto de lucro, restringindo ainda mais esses direitos da população e liberando recursos para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, o que favorecerá os banqueiros e especuladores.

Por tudo isso e por defender políticas públicas universais de qualidade, inclusivas e com financiamento adequado é que o Conselho Municipal de Campinas, somando-se a outras vozes de defesa do povo brasileiro, se coloca frontalmente contrário e repudia essas mudanças, conclamando a população brasileira a se manifestar na defesa de um estado que garanta a vida de todos, todos e todas, sem distinção, através de políticas públicas enquanto direitos humanos universais.

Que do deliberado seja dado ciência, por ofício, ao Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, endereçados no Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Brasília/DF, CEP 70.160-900.

Campinas, 24 de fevereiro de 2021.

Conselho Municipal de Saúde



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO 7/2021

Junte-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PLS nº 292 de 1999. Documento SIGAD nº 00100.024521/2021-67
2. PLS nº 292 de 1999. Documento SIGAD nº 00100.024528/2021-89
3. PLS nº 292 de 1999. Documento SIGAD nº 00100.024549/2021-02
4. PLV nº 21 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.024544/2021-71
5. PLC nº 24 de 1997. Documento SIGAD nº 00100.024532/2021-47
6. PLP nº 146 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.019177/2021-94
7. PEC nº 186 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.019563/2021-86
8. PL nº 5191 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.019563/2021-86
9. PDL nº 568 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.019563/2021-86
10. PEC nº 186 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.020911/2021-68
11. PEC nº 186 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.020878/2021-76
12. PEC nº 186 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.019215/2021-17
13. PEC nº 186 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.019207/2021-62
14. SCD nº 6 de 2016. Documento SIGAD nº 00100.007061/2021-11
15. PLC nº 13 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.020848/2021-60
16. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.022788/2021-10
17. MPV nº 1003 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.020807/2021-73
18. MPV nº 1003 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.019506/2021-05
19. PEC nº 186 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.022516/2021-10
20. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.022458/2021-24
21. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.022501/2021-51
22. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.022479/2021-40
23. PEC nº 186 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.023261/2021-11



24. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.023874/2021-40
25. VET nº 57 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.024315/2021-57
26. PEC nº 113A de 2015. Documento SIGAD nº 00100.023195/2021-71
27. PEC nº 186 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.023680/2021-44
28. PLC nº 72 de 2012. Documento SIGAD nº 00100.024728/2021-31
29. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.024517/2021-07
30. PDL nº 69 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.024487/2021-21
31. PEC nº 186 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.024211/2021-42
32. PEC nº 186 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.024184/2021-16
33. PLP nº 73 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.024742/2021-35
34. MPV nº 1034 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.022802/2021-85
35. VET nº 57 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.024170/2021-94
36. VET nº 57 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.023861/2021-71
37. PLC nº 119 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.025998/2021-60
38. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.026027/2021-37
39. MPV nº 1003 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.026051/2021-76
40. MPV nº 1003 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.026003/2021-88
41. PL nº 1451 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.024741/2021-26
42. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.024773/2021-96
43. PEC nº 6 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.024789/2021-07
44. VET nº 2 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.026785/2021-55
45. VET nº 30 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.026610/2021-48
46. VET nº 52 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.026626/2021-51
47. VET nº 50 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.026728/2021-76
48. PL nº 4199 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.026737/2021-67
49. PLP nº 10 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.026743/2021-14
50. PL nº 4199 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.025490/2021-61
51. PL nº 5066 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.024899/2021-61

Secretaria-Geral da Mesa, 22 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

